

EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Junho/2020

A RBEA, em seu nono número, é lançada em meio à crise sanitária de proporções mundiais. Muito se fala sobre seus impactos nos grandes centros desenvolvidos, mas pouco da situação africana nesse contexto. Nos cenários regionais é pouca a articulação entre os Estados no âmbito de suas organizações. Na África, ao contrário, a atuação da União Africana na crise sanitária desencadeada pelo COVID-19 está sendo articulada pelo *African Centre for Disease Control and Prevention* (CDC), responsável pela elaboração de relatórios técnico-científicos, disponibilização de informações e recomendações para os países do continente, realização de treinamento para cientistas, comunicadores e profissionais da saúde, bem como agregação de novas descobertas científicas relativas ao vírus. Todas essas atividades estão sendo registradas em relatórios semanais, disponíveis na íntegra no site da CDC (<https://africacdc.org/>). Além dos relatórios, a organização também disponibiliza uma série de outros documentos, cujo objetivo é auxiliar os países africanos no combate à pandemia. Esses documentos incluem estratégias de identificação, testagem e acompanhamento da evolução do vírus no caso específico da África.

Ao apontar os gargalos em saneamento básico, infraestrutura urbana e de capacidade dos sistemas de saúde, a CDC chama atenção para o fato de que os países africanos terão que desenvolver medidas adequadas à sua realidade para lidar com a crise. Enquanto países como a África do Sul mostram uma ação rápida por parte do governo, que anunciou medidas de isolamento intensivo e grande número de testes implementados com auxílio do Exército, outros países africanos não possuem os mesmos recursos. Mesmo no nível doméstico, desigualdades se repetem, com regiões pobres de grande densidade populacional estando, fisicamente, impossibilitadas de pôr em prática o isolamento social intensivo. Segundo relatório do Banco Mundial, a África Subsaariana vai enfrentar sua primeira recessão em quase duas décadas, com

expectativa de encolher entre -2,1% a -5,1% e uma perda que pode chegar a 79 bilhões de dólares. No âmbito continental, a União Africana prevê um encolhimento de -0,8%, com a soma de perdas de todos os governos chegando a 270 bilhões de dólares. A título de comparação, o PIB de 2019 do Egito, uma das maiores economias do continente, foi de 250 bilhões de dólares. Esse declínio é resultante de uma série de fatores, entre eles interrupção das cadeias globais de valor, com impacto severo sobre a exportação de produtos primários, redução do fluxo de capitais, redução do turismo, redução do investimento estrangeiro direto e redução da atividade econômica doméstica em função das medidas de isolamento social.

O diagnóstico da UA enfatiza o papel central do Estado no combate à pandemia, tanto no âmbito sanitário quanto econômico. De acordo com a organização, seriam necessários cerca de 130 bilhões de dólares para aplicar em políticas públicas emergenciais com vistas a preservar a renda e o emprego dos africanos. Em países como Uganda, onde mais de 50% da população ocupada trabalha no setor informal, é imperativa a tomada de tais medidas. O Banco Africano de Desenvolvimento anunciou na primeira semana de abril um fundo no valor de 10 bilhões de dólares destinado aos governos e empresas do continente. O relatório da CDC de 11 de fevereiro de 2020, afirmava que 16 países africanos estavam com casos suspeitos, porém sem confirmação. O órgão tomou as seguintes medidas naquele momento: ativação do Centro de Operações Emergenciais; treinamento de 16 laboratórios especializados para testagem do vírus; recrutamento de profissionais de epidemiologia para monitoramento do avanço do vírus; reuniões semanais com ministros da saúde dos países membros da UA; levantamento de informações sobre as principais medidas tomadas pelos países africanos no que tange ao distanciamento social e ao fechamento de fronteiras. Foram precoces as medidas desencadeadas pela UA e o estabelecimento de comunicação e interação com os governos africanos. Esse fato, em boa medida, explica o sucesso relativo dos africanos na contenção da pandemia.

No quinto ano da RBEA, evidencia-se o amadurecimento da discussão sobre problemáticas centrais para a análise da realidade africana. No artigo “As relações Brasil-África: do nexos escravista à construção de parcerias estratégicas”, Analúcia Danilevicz Pereira retoma o debate sobre a parceria secular entre o Brasil e os Estados africanos, iniciada já na formação do moderno sistema mundial, nos séculos XVI ao XVIII, perpassando pelas épocas do

imperialismo e das independências nos séculos XIX ao XX, chegando aos anos mais recentes. Justamente a partir dos anos 2000, a autora demonstra, as relações Brasil-África ficam mais intensas e trazem frutos para ambos os lados do atlântico, sobretudo, entre os países membros da comunidade lusófona (CPLP). Já Paulo Gilberto Fagundes Visentini, no artigo “Regimes militares marxistas africanos, ascensão e queda: condicionantes internos e dimensões internacionais”, discute que ao lado das Revoluções decorrentes de longas guerras anticoloniais como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Zimbábue, desenvolveu-se um elemento inovador, os Golpes Militares de novo tipo, que introduziram regimes revolucionários autodenominados marxistas-leninistas.

Terrorismo como um dos principais desafios securitários na África é discutido por Yoslán Silverio González no texto “Principais tendências do terrorismo na África rumo a 2025”, e por Osiomheyalo O. Idaewor no artigo intitulado “O domínio do terrorismo: aspectos dos desafios sociopolíticos na África Ocidental pós-independência: Nigéria, Burkina Faso e Mali”. Para os autores, a região sahel-saariana, correspondente à África Ocidental e Central, permaneceu no centro do ativismo terrorista na África Subsaariana. Com ênfase nos processos políticos, Cícero Ricci Cavini, em “A influência da diplomacia em controvérsias: um estudo comparativo entre mediação diplomática e conflito armado”, avalia que a diplomacia, a mediação e o conflito armado são escolhas do sistema político em que estamos inseridos. São ferramentas para obter poder, influência e dinheiro num espaço geopolítico onde os Estados se enfrentam ou cooperam entre si para um objetivo específico. Já no artigo de Kátia Sara Henriques Xavier Zeca, “Confiança no poder político e nas Instituições governativas em Moçambique: 2014-2018”, é analisada a confiança por parte dos eleitores nas instituições do poder político em Moçambique. E, ainda, no texto “Eleições e déficits democráticos na quarta república da Nigéria: um comentário”, Al-Chukwuma Okoli, Chigozie Joseph Nebeife e Markus Arum Izang discutem o fenômeno de déficits democráticos na Quarta República da Nigéria.

Em uma abordagem histórica recente, Luiza Bizzo Affonso e Vitor Ferreira Lengruber discutem como Thabo Mbeki, ex-presidente da África do Sul popularizou o conceito de Renascença Africana, cuja proposta ofereceu soluções, na esfera política e econômica, para enfrentar as adversidades políticas e socioeconômicas naquele momento em “União Africana: a política da África do Sul de Mbeki para a África”. No artigo “Segregação socioespacial e étnico-racial em megacidades, grandes cidades e cidades globais africanas”, Fabio Macedo Velame e Thiago Augusto Ferreira da Costa analisam os fenômenos estruturais que culminaram na segregação socioespacial e

étnico-racial, que ocorre atualmente em megacidades, grandes cidades e cidades globais na África. Por fim, Carolina Bezerra Machado, no artigo “Representações de poder em Mayombe: Os homens serão prisioneiros das estruturas que terão criado”, apresenta uma análise do romance *Mayombe* (1980), do escritor angolano Pepetela, para analisar o processo político em Angola em sua contemporaneidade. Para a autora, as estruturas de poder existentes em Angola após a independência já aparecem desenhadas nesse romance, tecido ainda na guerrilha.

A RBEA publica, nesta edição, duas resenhas. A primeira, de Ermelinda Liberato, apresenta a obra “Sair da grande noite: um ensaio sobre a África descolonizada”, de Achille Mbembe, e a segunda, de Carla Pereira Silva, apresenta a obra “Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico” de Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel. A RBEA publica versão eletrônica e impressa bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com eles.

O CEBRAFRICA está monitorando a situação africana frente à crise sanitária desencadeada pelo COVID-19. Agradecemos a Rafaela Serpa, doutoranda em Ciência Política/UFRGS e Eduardo Faustini, mestrando em Políticas Públicas/UFRGS, pesquisadores assistentes do Centro, pela pesquisa referente às ações da União Africana.

Agradecemos aos Assistentes de Edição Camila Ayala, Cecília Pereira, Igor Sardo e Rafaela Serpa e à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução dos artigos. Agradecemos, ainda, a Pietra Ribeiro Studzinski pela colaboração na tradução e revisão dos textos em inglês.